Autor:
Diana Fontão
difontao@gmail.com

Título:
A Lenda da Maldição de Dona Teresa: Origens e Continuidade

Resumo:

A lenda da maldição de Dona Teresa é um episódio historiográfico cuja mais antiga versão conhecida surge na *Primeira Crónica Portuguesa*. Esta versão e as que lhe dão continuidade na cronística ibérica até à *Crónica de Portugal de 1419* serão, neste artigo, analisadas e comparadas. De seguida, será também estudado o relato do desastre de Badajoz, cuja repercussão levou à criação da lenda da maldição de Dona Teresa.

Palavras-chave: Afonso Henriques; desastre de Badajoz; Dona Teresa; historiografia ibérica.

Abstract:

The legend of Dona Teresa's curse is a historiographical episode whose earliest known version appears in the *Primeira Crónica Portuguesa*. This version and those that continue it in Iberian chronicles up to the *Crónica de Portugal de 1419* will be analyzed and compared in this article. Following that, the account of the Badajoz disaster, whose repercussions led to the creation of the legend of the curse of Dona Teresa, will also be studied.

Keywords: Afonso Henriques; Badajoz disaster; Dona Teresa; Iberian historiography.

Plano:

A lenda da maldição de Dona Teresa na *Primeira Crónica Portuguesa*
A continuidade da lenda
As origens da lenda: o desastre de Badajoz antes da *Primeira Crónica Portuguesa*
Conclusões

Como citar este artigo:

*Diana Fontão, «*A Lenda da Maldição de Dona Teresa: origens e continuidade», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais,* nº6, 2021, pp. 27-41.
DOI: https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a1

A LENDA DA MALDIÇÃO DE DONA TERESA: ORIGENS E CONTINUIDADE

Diana Fontão
SMELPS-IF/FCT

Teresa de Leão e Castela nasceu por volta de 1079 e faleceu provavelmente a 1 de novembro

[1] de 1130 no exílio na Galiza. Era filha de Afonso VI, rei de Leão e Castela, e de Ximena Moniz. Apesar da dificuldade em estabelecer uma biografia desta personagem histórica[2], as narrativas historiográficas em volta da sua personalidade, tanto coevas como posteriores, são múltiplas[3].

Um episódio em particular conhecerá uma vasta continuidade em Portugal ao longo da Idade Média: a lenda relativa à sua prisão após a batalha de São Mamede (1128). A relevância histórica dada a esta batalha levou a que o seu relato fosse conhecendo alterações com algum impacto em aspetos de imagem e memória de Teresa[4]. Para além disso, a associação da sua figura histórica ao aspeto lendário do episódio em que amaldiçoa o filho será uma constante ao longo da literatura medieval portuguesa. No presente artigo, analisar-se-á a lenda da maldição que Teresa lança sobre Afonso Henriques, a sua continuidade e reformulação na historiografia portuguesa, e, por fim, serão ainda abordadas algumas possibilidades quanto à sua origem associada aos relatos medievais do desastre de Badajoz.

A Lenda da Maldição de Dona Teresa na *Primeira Crónica Portuguesa*

Apesar de se saber que, após a derrota em São Mamede, Teresa se exilou na Galiza, onde viria a falecer poucos anos depois, pouco se sabe acerca da sua vida ao longos destes

[1] Sobre as possibilidades interpretativas relativas a esta data, será publicado um artigo de Maria do Rosário Ferreira, 2023, no prelo, cuja leitura me foi facultada pela autora, a quem deixo aqui o meu agradecimento por esta e muitas outras cortesias.

[2] Amaral e Barroca, 2020, p. 9.

[3] Sobre os estudos que mencionam a imagem de Teresa na historiografia medieval portuguesa, ver, entre outras possibilidades: Dias, 2004, pp.123-140; Branco e Dias, 2005, pp. 335-347; Ferreira, 2009, pp. 13-26; *Ibidem*, 2010, pp. 201-214; *Ibidem*, 2011a, pp. 55-70; *Ibidem*, 2011b; *Ibidem*, 2011c, pp. 229-253; *Ibidem*, 2014a; *Ibidem*, 2016; *Ibidem*, 2023, no prelo; Lopes, 2013, pp. 87-97.

[4] Ver Mattoso, 1992, pp. 11-35; *Ibidem*, 2007, pp. 18-21; *Ibidem*, 2009, pp. 455-460. Sobre as diferenças relativamente aos projetos governativos de Teresa e Afonso Henriques, ver Oliveira 2007, pp. 17-37.

anos[5]. Tal vazio narrativo viria a ser ocupado, na historiografia medieval posterior à batalha, por uma narrativa de conteúdo lendário que teria como objetivo legitimar a tomada do poder por parte de Afonso Henriques[6]. Um dos momentos dessa narrativa consiste na lenda de que Teresa foi presa pelo filho, tendo-lhe lançado uma maldição que se viria a concretizar no desastre de Badajoz.

Escrita provavelmente antes de 1270[7], a *Primeira Crónica Portuguesa* narra os reinados dos primeiros cinco reis de Portugal, abordando em maior detalhe o reinado de Afonso Henriques. Neste texto, após a morte do conde Henrique em Leão, o filho regressa a Portugal e encontra o primeiro obstáculo à sua governação do território, prevista pelo discurso feito pelo pai antes de falecer. A mãe está casada com o conde Fernão Peres de Trava e em controlo do território: «foi-se elle pera Purtugal e nom achou hu se colher ca toda a terra se lhe levantou co a madre»[8].

O novo marido de Teresa, que é descrito como «em aquella sazom o milhor homem d'Espanha que rey nom fosse»[9], surge como uma força determinante do conflito, sugerindo que o destino da terra deveria ser decidido através de uma só batalha, evitando, assim, que o conflito se expandisse pela totalidade do território, como as tomadas de castelos por ambos os partidos pareciam já ameaçar. Contudo, à revelia do filho, Teresa propõe uma alternativa aos termos acordados, que definiam que o derrotado seria exilado do território portucalense, sugerindo a prisão do filho: «conde, vosco quero entrar na aaz, e averedes que fazer pollo meu amor. E todavia prendede Afomso Enrriquez, meu filho, ca milhor poder teendes ca ele»[10].

Teresa e Fernão Peres de Trava são derrotados e subsequentemente aprisionados. Enquanto Fernão, temendo ser morto, aceita a vitória de Afonso Henriques e é-lhe permitido o exílio previamente concordado, Teresa não partilha desse destino. Continuará cativa e é posta em ferros[11]. Então, pronuncia a maldição que cairá sobre o seu filho:

> «Afomso Anrriquiz, meu filho, prendestes-me, e metestes-me em ferros, e deserdastes-me da terra que me leixou meu padre, e quitastes-me do marido. Rogo a Deus que presso

[5] Amaral e Barroca, 2020, pp. 231-233.

[6] Moreira, 2008, pp. 30-36. Não me refiro aqui à totalidade dos episódios narrativos contidos na *Primeira Crónica Portuguesa*, que criam uma imagem ambígua de Afonso Henriques − cf. Ferreira, 2011a, pp. 55-70 −, mas apenas ao episódio relativo à batalha de São Mamede e ao conflito entre este rei a sua mãe.

[7] Bautista, 2011.

[8] Moreira (ed.), 2008, p. 127.

[9] *Ibidem.*

[10] *Ibidem*, p. 128.

[11] Sobre as relações textuais que esta passagem partilha com a historiografia ibérica, ver Miranda e Oliveira, 2010, pp. 320-321.

> sejades asi como eu sõo. E porque me metestes nos pees ferras, quebrantadas sejam as tas pernas com ferros. E mande Deus que se conpra esto»[12].

Afonso Henriques não libertará a mãe, fazendo-se acompanhar por ela nas suas conquistas seguintes. As tentativas de libertação de Teresa estarão na origem dos conflitos centrais aos episódios subsequentes da *Primeira Crónica Portuguesa*, nos quais Afonso Henriques enfrenta o seu primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, e, posteriormente, o Papa.

O primeiro episódio surge imediatamente após a prisão, quando: «ela emviou-se logo querelar ao emperador de Castela que era seu sobrinho que lhe acorresse e que a sacasse de prissom e que houvesse todo Portugal por seu»[13]. Vencido o primo, Afonso Henriques entrará em conflito com o Papa, que «mandou-lhe dizer pollo bispo de Coinbra que sacasse sa madre de prissom, e senom que o escumungaria»[14]. No primeiro episódio, é Teresa quem intervém diretamente e origina o conflito, ao informar Afonso VII da sua prisão e ao oferecer-lhe o governo do território. Contudo, a atuação da mãe não é tão evidente no segundo, sendo apenas mencionado que é o bispo de Coimbra quem informa o Papa da sua prisão.

Após mais uma vitória de Afonso Henriques, a participação de Teresa na narrativa extingue-se, não sendo acrescentada nenhuma informação sobre o que lhe aconteceu. Não é dito se morreu ainda prisioneira ou se foi, entretanto, libertada[15]. Ou seja, não há uma conclusão para o trajeto de Teresa enquanto personagem. Ainda assim, a sua maldição é concretizada. As suas palavras são recuperadas no final da narrativa dedicada ao reinado do seu filho, quando é dito que «pollo mall e pollo pecado que fez a sua madre em prende-lla quebrou-lhe huũa perna em Badalhouce»[16]. A mãe, porém, não parece estar presente para assistir ou reagir a este acontecimento. Nesse momento, que fecha a narrativa de Afonso Henriques, encerra-se também a de Teresa. A maldição, para o cumprimento da qual Teresa invocara a intercessão divina, «E mande Deus que se conpra esto», sobrevive ao conflito entre ambos, ao período de cativeiro de Teresa e, provavelmente, à sua morte.

A maldição será uma das componentes da caracterização da imagem de Teresa que terá continuidade na historiografia medieval. Essa imagem, que se compõe também de outros elementos, contribui para diferentes leituras relativamente à sua legitimação enquanto

---

[12] Moreira (ed.), 2008, p. 129.

[13] *Ibidem*.

[14] *Ibidem,* p. 130.

[15] Não é aqui relevante a data historicamente atribuída à morte de Teresa, mencionada na introdução. Sendo a *Primeira Crónica* Portuguesa uma criação literária que ficciona a sua prisão após ser derrotada em São Mamede, também as condições, data e local da sua morte, caso fossem mencionadas no texto, poderiam ser divergentes das que hoje conhecemos e passíveis de interpretação à luz da imagem que dela é criada na crónica.

[16] *Ibidem*, p. 135.

governante[17]. Ainda assim, o episódio da maldição será destacado, sendo associado a Teresa ao longo de toda a Idade Média, como veremos de seguida.

A continuidade da lenda

Todas as versões da lenda da maldição de Teresa começam de forma semelhante à *Primeira Crónica Portuguesa*, com o regresso de Afonso Henriques a Portugal após a morte do pai, encontrando a terra sob domínio da mãe. A batalha e os termos em que esta se realiza, com mãe e filho defendendo a sua respetiva legitimidade, é igualmente similar em todas as versões. Teresa é sempre derrotada e presa, reagindo com a maldição que lança sobre o filho. Após esse episódio, é sempre ela quem causa os conflitos entre Afonso Henriques e Afonso VII e, posteriormente, entre o primeiro e o Papa e é, por fim, é devido à maldição por ela formulada que ele cai em Badajoz[18].

Contudo, todas as versões têm as suas particularidades. Na *Versão Crítica da Estória de España*, redigida no *scriptorium* de Afonso X, encontra-se uma informação que não se repete em nenhuma das restantes versões da lenda. Neste caso, é mencionado que foi Teresa quem incentivou o marido, o conde Henrique, a doar as cidades aos seus bispos:

> «Este conde dio las çibdades donde eran las iglesias obispales en donadío a los obispos de esas mesmas çibdades, fueras Coynbria solamente que rretouo para sy. E esto fizo él por rruego de su muger, dona Theresa, que era ya llamada rreyna porque era fija del rrey don Alfonso»[19].

Já a análise da sua imagem no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* é mais complexa. Teresa é mencionada em dois momentos distintos: na estória de Afonso Henriques, inserida o Título VII[20], dedicado aos descendentes de Dom Monido[21]; e no Título XIII[22], relativo à linhagem dos Trava, no qual é mencionado que, após a morte do conde Henrique, Teresa

[17] Sobre a construção que é feita da legitimação de Teresa na historiografia medieval portuguesa, que percorre um caminho paralelo à do conde Henrique, ver Dias, 2019, pp. 184-194; Miranda, no prelo.

[18] Com exceção para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual a estória de Afonso Henriques não é narrada na totalidade, e, como tal, não inclui o episódio com o Papa nem o episódio de Badajoz. Considero, no entanto, que o seu corte não implicaria uma alteração da conclusão do texto.

[19] *Versão Crítica da Estória de España*. O acesso a este texto realizou-se através de Moreira (ed.), 2008, pp. 105-121.

[20] Mattoso (ed.), 1980, pp. 123-126. Sobre a refundição que o título VII sofreu e que dificulta o acesso ao texto tal como o terá redigido Pedro de Barcelos, ver Ferreira, 2019, pp. 115-117 e 235-237; Miranda, 2019, pp. 785-787; Ferreira, J.P., 2021.

[21] Sobre a figura de Conde Monido enquanto figura fundacional, tal como se encontra nos testemunhos atualmente conhecidos do título VII do *Livro de Linhagens*, ver Dias, 2019, pp. 194-205.

[22] Mattoso (ed.), 1980, pp. 175-176.

casou com os dois irmãos Peres de Trava, primeiro com Bermudo e posteriormente com Fernão:

> «Dom Vermuu Pirez foi casado duas vezes: a primeira com a rainha dona Tareija de Portugal, molher que foi do conde dom Hanrique. E este conde dom Fernam Pirez, seu irmão, lhe filhou esta rainha dona Tareija, e casou com ela sem Deus e sem dereito, e por este pecado que fez este conde dom Fernam Pirez, foi exerdado do reino de Portugal, segundo se mostra no titulo VII»[23].

A causa da complexidade advém do formato incompleto[24] que a lenda da maldição apresenta no LL, uma vez que a narrativa é interrompida sem que a maldição se concretize em Badajoz. Para além disso, o nome de Teresa surge apenas uma vez: «Afonso Anriquez, que foi filho do conde dom Anrique e da rainha dona Tareija, filha d'el rei dom Afonso, o que filhou Toledo a Mouros»[25]. Após essa menção, Teresa é denominada como «madre» ou «rainha», sem que o seu nome seja referido, tornando-a numa personagem de fundo que ilustra os feitos da vida do seu filho.

Mais extensa na descrição de Teresa é a *Crónica de 1344*, também atribuída ao Conde D. Pedro de Barcelos. Este texto aborda a filiação de Teresa, referindo é filha de Afonso VI e de «Symena Muniz»[26]. Também o casamento com Henrique, os termos em que este recebeu o condado e a sua intitulação como rainha são explicados em maior detalhe. Estas particularidades implicam uma grande diferença na imagem de Teresa no que diz respeito à sua legitimidade governativa[27], mas não quanto à maldição.

Nesta crónica, a narrativa da lenda da maldição apresenta algumas particularidades. Ao casamento com Fernão Peres de Trava após a morte do conde Henrique, é acrescentado o casamento anterior com Bermudo Peres de Trava, já mencionado no *Livro de Linhagens*, que agora é associado à estória de Afonso Henriques e, como tal, à lenda da maldição de Teresa. Já os termos em que a maldição é enunciada são semelhantes aos que se encontravam nas versões anteriores. Contudo, é-lhe acrescentada a frase: «*E* esto se conpryo despois, segũdo *vos a estoria devisará em seu logar*»[28], acrescento que advém provavelmente do volume da obra, uma vez que a maldição só se poderá concretizar após a narração de diversos e distintos

[23] *Ibidem*, p. 175.

[24] Ver nota 20 relativamente às refundições que este título VII conheceu, e que poderão ter alterado o formato com o qual Pedro de Barcelos inicialmente o terá registado, podendo, por sua vez, ter também condicionado a narrativa de Teresa.

[25] *Ibidem,* p. 123.

[26] Cintra (ed.), 1951, vol. IV, p. 3.

[27] Sobre este tema, que não será desenvolvido neste estudo, ver Dias, 2019, pp. 184-194 e Miranda, no prelo.

[28] Cintra (ed.), 1951, vol. IV, p. 218.

episódios. Ao compilar matérias de várias fontes, a *Crónica de 1344* não se limitou a copiar a lenda e os episódios posteriores pela mesma ordem em que surgiam na *Primeira Crónica Portuguesa*. Assim, seria necessário suspender a lenda de Teresa até que atingisse a sua conclusão em Badajoz, episódio que era agora contado após a adição de muitos outros relativos a Afonso Henriques, bem como a outras personagens históricas, como Rodrigo Díaz de Vivar, El Cid.

Quando, finalmente, a maldição se cumpre em Badajoz, ocorre também com algumas diferenças. Se nas versões prévias se afirmava que era pelo «mal» e pelo «pecado» que fizera contra a mãe que Afonso Henriques tinha caído, desta vez a queda é justificada apenas pelas palavras de Teresa: «E entom foy comprida a maldiçõ que lhe lançou sua madre quando lhe disse que ferros lhe quebrassem as pernas e preso fosse como ella era»[29].

Contudo, mais uma vez devido à extensão desta crónica, Teresa perde o papel destacadamente opositor a Afonso Henriques. Dado que a figura de Teresa é referida pontualmente, a continuidade da estória de Afonso Henriques, como surgia na *Primeira Crónica Portuguesa*, é abandonada em favor de uma maior abrangência narrativa. Por esse motivo, também Teresa recebe um papel de menor centralidade, não sendo a sua prisão ou maldição que unem todos os acontecimentos. Pelo contrário, e como foi já afirmado, é necessário, após a maldição, anunciar que esta se cumprirá, para que, quando se retomar o tema em Badajoz, exista ainda a lembrança das suas palavras.

Por sua vez, na *Crónica de Portugal de 1419*, provavelmente escrita por Fernão Lopes[30], a lenda de Teresa partilha muitas das características já contidas na *Crónica de 1344*. Uma diferença ocorre, contudo, quando é alterada a enunciação da maldição. Nesta versão, Teresa reforça a sua ligação maternal a Afonso Henriques, lembrando o momento do seu parto:

> «Dom Afonso, filho, prendestes-me e deserdastes-me da terra que me leyxou meu pay e onra, e tirastes-me a meu marido. A Deos peço que preso vos visees e, porque pusestes minhas pernas em ferros, que vos ajudarom a trazer e a cryar com muytas dores em meu vemtre e fora dele, que com ferros sejam as vossas quebradas e a Deos praza que seja asy»[31].

Por outro lado, a sua falta de capacidade maternal é também apontada. Quando Afonso Henriques regressa a Portugal após a morte do pai, é acrescentado que «a madre tam pouquo dele curava»[32]. Para além disso, a forma como comunica com Afonso VII, quando lhe pede que a liberte, ganha novos contornos. É-nos dito no texto que Teresa lhe enviou «recados

[29] *Ibidem*, p. 236.

[30] Moreira, 2010, pp. 239-244.

[31] Calado (ed.), 1998, p. 11.

[32] *Ibidem,* p. 10.

secretos» nos quais afirmava que «Portugal a ele pertemçia per direyto»[33]. Também o conflito entre Afonso Henriques e o Papa apresenta novidades. Esta versão é a primeira em que é explícito que foi Teresa quem faz chegar ao Papa a informação da sua prisão, tendo, desta forma, uma ação direta na disputa que o filho enfrenta. Por fim, é ainda a *Crónica de Portugal de 1419* que, pela primeira vez, dá à lenda aqui abordada a designação de *maldição*. De acordo com este texto, Afonso Henriques cai em Badajoz devido ao «que lhe sua madre dise quando a ele pos em prisão de feros, por praga e maldição»[34].

As origens da lenda: o desastre de Badajoz antes da *Primeira Crónica Portuguesa*

A relação entre o desastre de Badajoz e a lenda da maldição de Teresa tem sido apontada por vários autores. Já na sua introdução à *Crónica de 1344*, Lindley Cintra chamava a atenção para a possível conexão entre estes momentos:

> «Maldição de Dona Teresa no início do relato – episódio puramente lendário; no final o desastre de Badajoz – episódio histórico, interpretado como cumprimento dessa maldição. O episódio lendário inicial deve ter nascido da interpretação dada ao facto histórico final»[35].

Este episódio histórico, que opôs Afonso Henriques ao seu então genro, o rei Fernando II de Leão[36], foi descrito no *Chronicon Lusitano*, o mais antigo relato conhecido[37] desse momento, da seguinte forma: «Accidit infortunium Regis Alfonsi et sui exercitus apud Badalioz ubi captus est a Rege Fernando Legionis genero»[38]. Ainda que a imagem de Afonso Henriques não seja o objeto deste estudo[39], é essencial observar a evolução da memória do desastre de Badajoz e como esta pode ter influenciado a redação da lenda da maldição de Teresa.

Em 1172 teve início a redação da *Vita Rudesindi*, pela mão de Ordonho de Celanova, que relatava a vida de São Rosendo, fundador do mosteiro de Celanova. De acordo com esta obra, para os residentes do mosteiro, a queda de Afonso Henriques em Badajoz significou o final

[33] *Ibidem,* p. 11.

[34] *Ibidem*, p. 62.

[35] Cintra, 1951, vol. I, p. CCCLXIV.

[36] Mattoso, 2007, pp. 303-305.

[37] Apesar de este estudo analisar apenas os relatos literários, é importante mencionar que, de acordo com *Ibidem*, p. 305, em 1170, um notário datava um diploma como sendo do «ano em que o sereníssimo rei Fernando prendeu o rei de Portugal em Badajoz, por meio de uma esplêndida vitória».

[38] Herculano (ed.), 1856, pp.16.

[39] Acerca desse tema, da sua construção e diversas interpretações, ver Cintra, 1989, p. 64-78; Mattoso, 2007, pp. 455-470; Moreira, 2008; Mattoso, 2009, pp. 455-470; Rosa, 2010, pp. 159-175; Ferreira, 2011a, pp. 55-70.

dos ataques do rei português à Galiza, uma vez que, em troca da sua liberdade, devolveu a Fernando II os territórios de que se havia apropriado. A queda de Afonso Henriques ocorreu, assim, por vontade divina e como castigo pelo assédio ao mosteiro de Celanova:

> «Y de este modo aconteció que, a partir del momento em que el rey empezó a danãr al monasterio de Celanova, siempre le fue mal em todo. En efecto, el pueblo llamado Cedofeita, que había conseguido por malas artes, lo perdió aún estando presente, y Dios omnipotente se lo entregó fulminantemente al rey Fernando. Más aún, cuando estaba asediando la cuidad de Badajoz, llegó a ocultas el rey Fernando con ejército em virtud de uma embajada sarracena, y lo hizo prisionero llevándolo lejos de la cuidad, despúes de haberlo herido gravemente, por justo juicio de Dios, com rotura de fémur, y lo retuvo encarcelado casi por dos meses hasta que obtuvo de él todos los pueblos tanto de la Limia como de Toroño que le había ocupado fraudulentemente. Y cuando el rey fue hecho prosionero por primera vez, algunos, según se dice, vieron allí a San Rosendo. El rey, aunque libre de cadenas, quedó inválido de cuerpo hasta el día em que al fín entregó su alma»[40].

Neste relato, Afonso Henriques é acusado de cometer um mal que merece castigo. Esta ideia será recuperada pela *Primeira Crónica Portuguesa*, onde era pelo mal e o pecado cometidos contra a mãe que ocorria a queda em Badajoz. Contudo, nem todos os relatos do desastre de Badajoz justificam a queda. Na *Chronica* de Roger de Hoveden, composta no século XII, não é apresentado nenhum motivo para este acontecimento. Porém, esta versão é emblemática, uma vez que representa a difusão que a narrativa da queda conheceu, chegando a ser incluída, ainda que erradamente localizada em Silves, numa obra de fora da Península Ibérica:

> «Cumque obsedisset civitatem Silviae, et earn usque ad turres civitatis obtinuisset, pagani, qui in turribus erant, composuerunt cum illo, ita quod si ipsi infra sex dies sequentes succursum non haberent, traderent illi omnes turres illas: interim tertia die, data licentia exercitui suo vagandi per provinciam, cum ipse dormiret in tentorio suo tanquam securus, supervenit Ferrandus rex de Sancto Jacobo cum exercitu magno ex una parte, qui etiam filiam ejusdem regis Portugalensis sibi in uxorem duxerat, et Saraceni ex alia parte, in quorum adventu praedictus rex Portugalensis a somno expergefactus aufugit in equo veloci, et cum exiret per portam civitatis, fractum est crus ejus in vecte portae, et cum inde per inimicos suos transiret, insequentes eum per xxv. milliaria, nec tamen eum capientes, ipse et equus suus ceciderunt in puteum altum; quod videntes pastores extraxerunt eum, et tradiderunt eum regi Ferrando de Sancto Jacobo. Qui dedit ei de

[40] Diaz y Diaz (ed.), 1990, pp. 191-193.

> redemptione xxv. oppida, quae ipse super eum adquisierat, et xv. summarios oneratos auro, et xx. dextrarios, et aliis regi assistentibus, ut citius liberaretur, dedit multa»[41].

O episódio reflete-se também na historiografia ibérica. Na primeira metade do século XIII, tanto Lucas de Tui como Rodrigo Jiménez de Rada o incluem nas suas obras. Em ambos os casos, a narrativa é incluída nos feitos de Fernando II, sendo, como tal, recordado enquanto um triunfo deste rei:

> «Set nec ibi quidem se tutum extimans dum per portam effugeret ciuitatis, que pessulo ferreo claudebatur, impegit ad pessulum et crure confracto uix in equo poterat residere; unde et olico fuit captus et regi Fernando satis miserabilis presentatus; quem benigne suscipiens rex Fernandus iuxta se in consessu regio collocauit. Set rex Portugalie grauis discriminis atendens statum, confessus est se regem Fernandum indebite offendisse, et pro satisfactione regum optulit et personam; set rex Fernandus pietate solita mansuetus, suis contentus, regi Portugalie sua remisit. Tunc restituit rex Aldefonsus regi Fernando Limiam at Turonium et cetera que sue fuerant dicionis; et dimissus ad propria est reuersus, nec propter lesionem tibie potuit postea militare officium exercere» (Fernández Valverde, ed., 1987: 245)[42].

O episódio não apresenta muitas diferenças na versão de *Chronicon Mundi* de Lucas de Tui[43]. Ainda assim, é significativo que, de acordo com esse autor, a queda seja justificada como castigo divino, sendo incluído que, após a queda, Afonso Henriques diz a Fernando II: «Domine, inquit, rex, ualde peccaui in Deum et in te, sed ecce totum regnum meum libere trado tibi'»[44]. Convém notar que, nesta versão, é perante Fernando II que Afonso Henriques cometeu a falta de que se deve redimir.

Conclusões

O chamado desastre de Badajoz criou uma imagem incomodamente debilitada de Afonso Henriques. Para além disso, a narrativa conheceu uma vasta continuidade ao longo dos séculos, chegando a ser conhecida fora da Península Ibérica. Esta narrativa insistia ainda na ideia de que o rei tinha cometido um "pecado" que era apenas reparado pela sua incapacidade física e perda de poder governativo. Por essa razão, era necessário que a causa da queda não implicasse uma má decisão do rei, ou melhor, que pudesse ser justificada pela

[41] Stubbs (ed.), 1869, p. 334.

[42] Fernández Valverde (ed.), 1987, 245. De acordo com Cintra, 1951, vol. I, p. CCCLIX, esta versão segue «claramente a narração do bispo de Tui. As inovações são, na sua maioria, simples retoques estilísticos».

[43] Sobre a influência que esta obra tem na escrita da *Primeira Crónica Portuguesa*, ver Miranda, 2009.

[44] Falque (ed.), 2003, p. 319.

sua inexperiência e motivada numa batalha em que defendesse a sua legitimidade governativa.

Assim, foi redigida a lenda da maldição de Teresa. Essa narrativa, associada à batalha de São Mamede, pode ter partido do relato da prisão da sua irmã Urraca, nas torres de León, pelo filho Afonso VII. Este relato, que circulava em Portugal[45], apresenta diversas semelhanças na estrutura dos acontecimentos, inclusivamente no auxílio que os filhos recebem para conseguirem derrotar as respectivas mães. Porém, a lenda de Teresa distingue-se deste relato num ponto crucial: a maldição[46]. Assim, a queda era justificada retrospectivamente, através de um evento passado que se projetava no futuro[47], poupando, de alguma forma, Afonso Henriques à imagem de vergonha causada pelo desastre de Badajoz.

Bibliografia:

Amaral, Luís Carlos e Mário Jorge Barroca (2020), *Teresa: a condessa-rainha*, Lisboa, Temas e Debates.

Bautista, Francisco (2011), «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*», *e-Spania*. [Online], 9, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.19884 [consultado a 01.03.2021].

Branco, Maria João e Isabel de Barros Dias (2005), «Metamorfoses de Urraca de Castela-Leão e de Teresa de Portugal: construções e desconstruções das imagens de duas rainhas», *in* Armando López Castro e Luzdivina Cuesta Torre (eds.), *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociacíon Hispánica de Literatura Medieval,* vol. 1, León, Universidad de León, pp. 335-347.

Calado, Adelino de Almeida (ed., 1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Calderón Medina, Inés (2019), «El concubinato regio en la definición de la frontera galaico-portuguesa (s. xii-xiii)», in Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena (coord.), *Los espacios del rey: Poder y território en las monarquías hispánicas (siglos xii-xiv)*, Bilbao, Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 275-303.

[45] Sobre o testemunho de Acenheiro que inclui tanto a narrativa de Urraca como a de Teresa, ver Ferreira, 2011a: 64-65; Ferreira, 2011c: 242-246; Moreira, 2011: 289-321. Sobre a relação entre a crónica descrita por Acenheiro e a *Primeira Crónica Portuguesa*, ver Miranda, 2010.

[46] Sendo conhecido ainda outro caso de uma maldição na historiografia medieval, a de Afonso X, acerca da qual ver Martin, 1994.

[47] Esta estratégia narrativa partilha semelhanças com a escrita do episódio da judia de Toledo, cf. Ferreira, 2014b.

Cintra, Luís Filipe Lindley (1989), «A Lenda de Afonso I, Rei de Portugal: origens e evolução», *Revista ICALP*, 16/17, pp. 64-78.

Cintra, Luís Filipe Lindley (ed. 1951), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Maia, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Dias, Isabel de Barros (2004), «Uso pragmático do *topos* da rainha má na segunda redacção da Crónica de 1344», *in* Ana María Costa Toscano e Shelley Godsland (eds.), *Mulheres Más: Percepção e representações da mulher transgressora no mundo Luso-Hispânico*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, pp. 123-140.

Dias, Isabel de Barros (2019), «Linhagens Imaginadas e Relatos Fundacionais Desafortunados», *in* Isabella Tomassetti (coord.), *Avatares y Perspectivas del Medievalismo Ibérico*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, pp. 181-205.

Diaz y Diaz, Manuel C. (ed., 1990), *Liber de vita et virtutibus Sanctissimi Rudesindi episcopi*, La Coruña, Fundación Barrié de la Maza.

Falque, Emma (ed., 2003), *Lucae Tudensis Chronicon Mundi*, (*Corpus Christianorum, Continuatio Maedievalis* LXXIV), Turnhout, Brepols.

Fernandes, Arnaldo de Almeida (1978), «Guimarães, 24 de Junho de 1128», *Revista de Guimarães,* 88, pp. 5-145.

Fernández Valverde, Juan (ed., 1987), *Historia de Rebus Hispaniae Sive Historia Gothica*, (*Corpus Christianorum, Continuatio Maedievalis* LXXII), Turnhout, Brepols.

Ferreira, João Paulo Martins (2021), «De Rodrigo a Rodrigo: Os testemunhos da conquista das Beiras por Fernando Magno na obra do Conde D. Pedro e a sua relação com as personagens de Rodrigo Dias de Vivar e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara », *e-Spania* [Online], 40, DOI : https://doi.org/10.4000/e-spania.42323. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2009), «La Mère d'Adam: femmes et pouvoir dans l'historiographie hispanique médiévale», *in* Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha (org.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 13-26.

Ferreira, Maria do Rosário (2010), «Urraca e Teresa: o paradigma perdido», *in* Esther Corral Díaz (eds.), *Marsupiis Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florença, Edizioni del Galluzo, pp. 201-216.

Ferreira, Maria do Rosário (2011a), «Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência», *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 34, pp. 55-70.

Ferreira, Maria do Rosário (2011b), «Entre conselho e incesto: a irmã do rei», *e-Spania* [Online], 12, DOI: 10.4000/e-spania.20879. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2011c), «Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal: the Iberian paradigm of feminine power revisited by thirteenth and fourteenth century historiography», *in* Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Miranda (dir.), *Seminário Medieval 2009-2011*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 229-253.

Ferreira, Maria do Rosário (2014a), «La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles», *e-Spania* [Online], 17, DOI: 10.4000/e-spania.23433. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2014b), «Inês de Castro et la juive de Tolède: um cas de réception active chez Fernão Lopes», *e-Spania* [Online], 19, DOI : 10.4000/e-spania.23958. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2016), «L'action culturelle de la reine Teresa du Portugal», *e-Spania* [Online], 24, DOI : https://doi.org/10.4000/e-spania.25777. [consultado a 01.03.2021].

Ferreira, Maria do Rosário (2019), *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*, Porto, Estratégias Criativas.

Ferreira, Maria do Rosário (2023, no prelo), «Teresa de Portugal: uma rainha entre as brumas da memória», *in* Francesco Renzi, Maria Joana Gomes e Luís Carlos Amaral (eds.), *Igrejas, Poderes, Territórios: novas perspectivas sobre a história da igreja (secs. XI-XIV)*, Porto, Edições Afrontamento.

Herculano, Alexandre (ed., 1856), *Portugaliae Monumenta Historica* vol. I *Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1856.

Lopes, Graça Videira (2013), «Mulheres medievais: histórias de proveito e exemplo», *in* Hélder Godinho (dir.), *Da Letra ao Imaginário: Homenagem à Professora Irene Freire Nunes*, Lisboa, CEIL–Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário/FCSH-UNL–Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 87-97.

López Sangil, José Luís (2002), *La Nobleza Altomedieval Gallega: la familia Froilaz-Traba*, Noia, Toxosoutos.

Martin, Georges (1994), «Alphonse X maudit son fils», *Atalaya – Revue d'études médiévales romanes,* 5, pp.153-178.

Mattoso, José (ed., 1890), *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Volume II/1, Lisboa, Academia das Ciências.

Mattoso, José (1992), «A primeira tarde Portuguesa», *Portugal Medieval: novas interpretações,* Lousã, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.11-35.

Mattoso, José (2007), *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Temas e Debates.

Mattoso, José (2009), «As três faces de Afonso Henriques", *in* José Mattoso, *Naquele Tempo: ensaios de história medieval»*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 455-470.

Miranda, José Carlos Ribeiro (2009), "Na génese da Primeira Crónica Portuguesa", *Medievalista*, 6, URL: https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/359/350 [consultado a 01.03.2021].

Miranda, José Carlos Ribeiro (2010), «Do *Liber Regum* em Portugal antes de 1340», *e-Spania* [Online], 9, DOI: https://doi.org/10.4000/e-spania.19315 [consultado a 01.03.2021].

Miranda, José Carlos Ribeiro (2019), «Em torno do *Livro de Linhagens* de Pedro de Barcelos (II) Do Livro às Reformulações: hipóteses e argumentos», in María Jesús Lacarra (coord.), *Literatura medieval hispánica «Libros, lecturas y reescrituras»*, San Millán de la Cogolla, Cilengua, pp. 781-798.

Miranda, José Carlos Ribeiro (a publicar), «O Conde Dom Henrique, donde vêm os reis de Portugal…»

Miranda, José Carlos e António de Resende de Oliveira (2010), «Da *Historia Compostelana* à *Primeira Crónica Portuguesa*: o discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal», *in* Esther Corral Díaz (eds.), *Marsupiis Peregrinorum: Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*. Florença, Edizioni del Galluzo, pp. 295-324.

Moreira, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa,* Porto, Estratégias Criativas.

Moreira, Filipe Alves (2010), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Porto (dissertação de doutoramento).

Moreira, Filipe Alves (2011), «Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* e suas relações com a historiografia alfonsina», *in* Maria do Rosário Ferreira, José Carlos Miranda e Ana Sofia Laranjinha (org.), *Seminário Medieval 2007-2008*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 289-321.

Oliveira, António Resende de (2007), «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal», *Revista de História das Ideias*, 28, pp. 17-37.

Rosa, Maria de Lurdes (2010), *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Porto, Fio da Palavra, pp. 159-175.

Stubbs, William (ed. 1869), *Chronica Magistri Rogeri de Houedene* vol. II, London, Longmans, Green, and Co.